

CIDADE E PERMANÊNCIA: OS ESPAÇOS DE PODER NA CIDADE DE GOIÁS-GO

Thalita Pereira Da Fonseca

<tpfonseca@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/7653235511033888>

Mestrado em Arquitetura Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ Brasil.
prof. Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

Giovanna Brunes De Lima

<gbruneslima@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/6737315412951819>

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

Leticia Tavares Pedroso

<leticia.tavares.pedroso@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/8231857707133272>

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

RESUMO

O presente trabalho lança olhares à Cidade de Goiás, primeira capital do estado de mesmo nome, localizada no centro oeste do Brasil. Motivado por um mapa de memória criado a partir de levantamentos feitos com os moradores, em que apontavam quais seriam os símbolos daquela cidade, intitulada Patrimônio Mundial pela UNESCO no ano de 2001, este trabalho reúne a pesquisa que revisitou esta cidade nos termos de sua formação, pelos idos do século XVIII, fruto da exploração mineral do interior brasileiro, bem como no século XIX, através dos registros de viajantes estrangeiros que visitaram aquele território. Como resultado, tem-se que as mesmas estruturas urbanas e arquitetônicas que conformavam aquele núcleo minerador, surgem nos registros do século XIX apontadas como os proeminentes locais onde se desenvolviam as relações da vida urbana, e coincidem, ainda, com os marcos apontados pelos moradores no presente século XXI, como pano de fundo de suas memórias pessoais. Dos elementos indicados no mapa de memória e, novamente, presentes na cidade dos séculos XIX e XVIII, a grande maioria são estruturas arquitetônicas e urbanas de uso oficial, como o edifício que abrigou a Casa de Câmara e Cadeia, a Residência do Governador além de estruturas religiosas. Trata-se, portanto, de locais onde se concentrou e exerceu o poder e o controle local, sendo símbolos destes e resquícios da colonização portuguesa. Esta característica pode auxiliar na compreensão da resistência dessas estruturas ao longo dos séculos, mesmo antes da primeira ação de preservação patrimonial empreendida na cidade, pelos idos de 1951.

PALAVRAS-CHAVE: Goiás; Poder; Patrimônio Mundial.



INTRODUÇÃO

Ao olhar para a Cidade de Goiás, município do centro oeste brasileiro com pouco menos de vinte e cinco mil habitantes e que ostenta o título de Patrimônio Mundial chancelado em 2001 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), encontra-se uma cidade permeada pelas estruturas urbanas e arquitetônicas que remontam à sua fundação, ainda como núcleo minerador do século XVIII.

Três séculos após a chegada naquele território dos bandeirantes oriundos de São Paulo, seus moradores se reconhecem e identificam suas memórias tendo como pano de fundo os mesmos equipamentos e a mesma configuração da cidade colonial, que coincidem também com os registros de viajantes importantes, como Auguste de Saint-Hilaire (1975), dentre outros. Suas viagens em “lombo de burro” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 11) o conduzem à Província de Goiás e os acontecimentos por ocasião de sua visita se passam nos mesmos largos, praças e edificações ainda hoje encontradas na cidade, e erguidas no século XVIII.

Esta percepção se delineia a partir da análise de um mapa de memória construído por pesquisadores entre os anos de 2016 e 2017 (FONSECA et al, 2017), cujos marcos edificados se apresentam em equivalência aos apontados pelos viajantes do século XIX, e àqueles encontrados na cidade mineradora do século XVIII. Assim, para que esses dados fossem confirmados, procedeu-se à revisita a essa cidade colonial, correlacionando-a aos núcleos urbanos encontrados no período do Brasil colônia, a partir de registros bibliográficos, procurando entender sua morfologia bem como identificar quais equipamentos a compunham. Tais elementos foram identificados a partir de sua localização na malha urbana, suas características tipológicas e de uso, a fim de tentar delinear um perfil. Por fim, este trabalho recorreu às inscrições de tombamento de tais elementos, de forma a responder às analogias entre essa permanência e o tombamento, objetivando compreender relações de causa e efeito, importantes por se tratar de uma cidade-patrimônio mundial.

MAPA DE MEMÓRIA: UM PONTO DE PARTIDA

Para além da cidade histórica, de tecido consolidado e conjunto edificado, estão as memórias que se desenrolaram neste cenário preservado. Se debruçar sobre a cidade-patrimônio mundial corresponde a mapear para além de ruas e edificações que resistiram ao tempo e que contam



sobre métodos vernaculares de construção ou de ocupação territorial. Diz respeito à construção de uma cartografia que registra e considera as sociabilidades e relações que emergem em um determinado contexto, respondendo enquanto resultado a um desejo de fala sobre o lugar, no que concerne à experiência dos deslocamentos e da vivência cotidiana (SOUZA, 2012).

Fonseca et al (2017) em seu trabalho¹ por um mapeamento colaborativo da Cidade de Goiás apresentam uma lista com quinze símbolos da cidade, indicados por seus moradores e ranqueados pelos autores a partir dos resultados de pesquisa desenvolvida nos anos de 2016 e 2017. A metodologia contou com levantamento fotográfico e de tipologias construtivas de todo o conjunto edificado na área compreendida pelo centro histórico, como também entrevistas qualitativas a moradores – não necessariamente naturais da Cidade de Goiás –, a partir da aplicação de questionários a fim de identificar os marcos edificados na memória da população, de forma a captar respostas de caráter pessoal e sem influência externa, que considerassem fatos e eventos que aconteceram ou ainda acontecem no espaço urbano do centro histórico e como se dá a relação de pertencimento a estes espaços.

Dentre os resultados indicados na pesquisa constam equipamentos arquitetônicos, espaços públicos e festividades locais, todos com ocorrência na poligonal do centro histórico ou em sua área de entorno, ambas protegidas por legislação federal. Dentre eles, dez são elementos arquitetônicos, sendo os melhores ranqueados, o Chafariz de Cauda, que popularmente dá nome ao largo onde se insere: o Largo do Chafariz, onde também é encontrado o Museu das Bandeiras (que aparece na sétima posição), o Museu de Arte Sacra, o Museu Casa de Cora Coralina, o Palácio Conde dos Arcos e os espaços públicos do Largo da Carioca e da Praça do Coreto (FONSECA et al, 2017).

¹ O trabalho de Fonseca et al (2017) foi organizado em três etapas: (i) sistematização colaborativa em forma de um mapa cartográfico dinâmico, aberto ao público para inserção de dados; (ii) mapeamento da memória do usuário, cujos resultados aparecem analisados no presente trabalho; e (iii) criação de um banco de dados online dos bens tombados e seu estado de conservação, com possibilidade de download das informações.



Tabela 1: Análise dos símbolos, atrativos e eventos na formação do mapa mental dos vilaboenses. Fonte: FONSECA et al, 2017, p. 11.

Mapa mental: símbolos, atrativos e eventos	
Grau de importância	Porcentagem de citações (total de 87)
1°- Semana Santa	22 %
2°- FICA	13 %
3°- Chafariz de Cauda	11 %
4°- Igreja da Boa Morte	9 %
5°- Largo da Carioca	6,8 %
6°- Praça do Coreto	5,7 %
6°- Palácio Conde dos Arcos	5,7 %
7°- Museu da Casa de Cora Coralina	4,5 %
7°- Museu das Bandeiras	4,5 %
7°- Festa do Divino Pai Eterno	4,5 %
7°- Cruz do Anhanguera	4,5 %
8°- Cachoeiras e paisagem natural	3,4 %
9°- Igreja de Santa Bárbara	2,2 %
9°- Carnaval	2,2 %
10°- Mercado Popular	1,1 %

Ao analisar a função de cada um dos elementos apontados na cidade do século XVIII tem-se elementos correspondentes à arquitetura oficial e religiosa: o Chafariz de Cauda e o Largo da Carioca (onde está a Fonte da Carioca) eram equipamentos públicos responsáveis pelo abastecimento da cidade; Museu das Bandeiras corresponde à edificação pública onde funcionou a Casa de Câmara e Cadeia, concentrando funções administrativas e judiciárias; Palácio Conde dos Arcos, antigo Palácio do Governador, corresponde à edificação pública utilizada pelo poder executivo. O Museu de Arte Sacra corresponde à antiga Igreja da Boa Morte e compunha um núcleo de influência religiosa no coração da cidade, localizada em um de seus principais largos, a Praça do Coreto, também citado, reunindo em seu entorno diversas edificações de caráter oficial.

A exceção se daria na indicação do Museu Casa de Cora Coralina, uma edificação civil utilizada como residência, não fosse o fato de ter sido ocupada, desde sua construção no século XVIII, por famílias abastadas e/ou com grande influência política na região. Dessa forma, cabe um maior entendimento acerca do momento de implementação dessas estruturas, coincidentes com a instalação do poder local no núcleo extrativista do século XVIII.



A CIDADE DA MEMÓRIA É A CIDADE DA HISTÓRIA

A Cidade Mineradora Oitocentista

A cidade de Goiás é permeada por diversos equipamentos arquitetônicos, constantes do imaginário de sua população, misturando-se às próprias memórias dos vilaboenses². Compreender o surgimento de tais equipamentos remonta à trajetória da colonização e formação desta cidade em si, onde se testemunha o surgimento desses elementos que vieram a se tornar ícones no imaginário da população.

Descoberto em 1500 por europeus vindos, sobretudo, de Portugal, o Brasil ocupado por indígenas teve seu território colonizado a partir de 1530 sob o jugo da escravidão, sujeição e mestiçagem, estratégias que marcaram sua história, reforçadas por práticas de repressão da cultura local em detrimento à imposição de um modo de vida europeu.

Para uma ocupação mais intensiva de todo seu vasto território definido pelo Tratado de Tordesilhas, as terras brasileiras foram repartidas em quatorze capitanias hereditárias, distribuídas por D. João III, então rei de Portugal, a indivíduos da sociedade que ficaram encarregados de explorá-las. Partindo do litoral, onde se concentraram os primeiros núcleos de ocupação da colônia, iniciativas buscavam conquistar o interior das capitanias, organizadas nas entradas e bandeiras. Os bandeirantes, portanto, adentravam o território habitando casas rurais e aprisionando índios (BICCA, BICCA, 2006).

As bandeiras paulistas geralmente ligavam ao oeste, e de 1682 a 1684, uma destas, comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, identificou os aluviões do rio Vermelho, no território hoje identificado pelo estado de Goiás. Posteriormente, em 1726, em retorno às margens deste rio, é fundado por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Arraial de Sant'Anna, que seria alçado à vila – Vila Boa de Goyaz – e mais tarde, Cidade de Goiás (JUNIOR, BARBO, 2011)³.

Estabelecido como centro administrativo, o núcleo minerador do Arraial de Sant'Anna foi a primeira ocupação portuguesa oficial para além dos limites do Tratado de Tordesilhas, tornando-

² Vilaboense é o gentílico utilizado para designar os nascidos na Cidade de Goiás, remontando ao antigo nome da cidade, a Vila Boa de Goiás.

³ A Vila Boa de Goiás será sede administrativa da Capitania, em seguida da Província e posteriormente do Estado de Goiás, até 1937 quando a capital é transferida para Goiânia.



o desatualizado e constituindo fato determinante para o interesse e investimentos da Coroa, de forma a consolidar a ocupação. Ao ser elevada à condição de vila, foram instalados equipamentos políticos e civis, como aspecto intencional (MARTINS, 2004). Na questão religiosa, observa-se também uma intencionalidade de reprimir quaisquer manifestações distintas da fé católica que pudessem aflorar, tanto por prática dos habitantes locais como advindas de “aventureiros que acorriam a estas áreas” (MARTINS, 2004, p.37). E assim, a Vila Boa começou a se estruturar.

Por estar condicionada aos fatores naturais e à atividade econômica, sua ocupação vai seguir um eixo de circulação: a estrada real São Paulo-Cuiabá, e outro de permanência: o Rio Vermelho, onde se deu a exploração aurífera. Às suas margens dispunham-se o casario de pau-a-pique composto por “casas baixas e uso de cores vivas nos beirais, cunhais e esteios de madeira, aflorando na superfície das paredes de taipa caiadas de branco e emoldurando os vãos” (Bicca, Bicca, 2006, p.137).

No tocante à sua organização espacial, traz muitas características semelhantes aos modelos de cidades portuguesas, no entanto, com as necessárias adaptações às condições climáticas e à disponibilidade de material e de mão de obra locais. Nota-se uma aproximação ao padrão medieval de ocupação, com a implantação da Capela de Sant’Anna (futura Matriz) e da Igreja do Rosário, pertencente à Irmandade dos Pretos, em locais de relevo destacado em cada uma das margens do rio Vermelho, e de onde partem as ruas que, então, começam a estruturar o crescimento urbano (IPHAN, s/d).



Fig. 1: Bipolarização do núcleo minerador de Goiás em margens opostas do rio Vermelho. Fonte: MARTINS, 2004, p.48



Segundo Coelho (2001) essa polarização da implementação das igrejas em margens opostas do Rio, organiza a estrutura urbana a partir de uma segregação sócio racial, no momento em que senhores brancos frequentam a Capela de Sant'Anna e negros, a Igreja do Rosário, servindo a arquitetura religiosa na Cidade de Goiás como delimitadora de espaço no século XVIII e, principalmente diante do fato da instalação dos equipamentos institucionais intencionalmente criarem espaços de poder, definindo claros padrões tipológicos para as arquiteturas do seu entorno (OLIVEIRA, 2014). Dessa forma, no mesmo lado de implantação da Capela de Sant'Anna vai figurar a arquitetura oficial, como a Casa de Câmara e Cadeia e a Residência dos Governadores, além da Igreja de Nossa Senhora da Lapa e da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, frequentada por pardos, definindo aí um núcleo religioso (fig. 1).



SOBRE SEUS EQUIPAMENTOS

Em 1750 o número de escravos passa de 20.000 para 35.000 pessoas, em função do aumento da exploração aurífera. Esse dado aponta para um crescimento populacional que vai fundamentar a necessidade de uma nova Casa de Câmara e Cadeira, que fosse eficaz e capaz de atender à crescente demanda, punindo e reprimindo as constantes fugas, que vinham sendo um dos maiores problemas enfrentados naquele momento (PALACÍN et al, 2001 apud JUNIOR, BARBO, 2011, p. 5). Assim, por instrução do rei D. José I (1750-1777) uma nova cadeia deveria ser construída, seguindo o modelo português descrito no Livro V das Ordenações Filipinas, pensada como um espaço de punições, a fim de gerar temor ao poder instituído (SALLA apud JUNIOR, BARBO, 2011, p.5). Em 18 de julho de 1786, a Casa de Câmara e Cadeia estava então construída sob a técnica de taipa de pilão e sua arquitetura se torna exemplo da arquitetura civil portuguesa, de projeto vilaboense. Concentrava a atividade administrativa no pavimento superior e a prisão dos condenados no térreo, com acessos independentes. Segundo Coelho (2013):

Nesse novo edifício temos ainda o acesso único, realizado por uma porta de dimensões excepcionais, centralizada, com uso de sobreverga reta, situada no eixo de simetria da edificação, alinhada inclusive com a mesma largura da torre sineira, mantendo entre elas, na altura do segundo pavimento, o escudo real, colocado entre as duas janelas do saguão superior. Tanto no pavimento superior quanto no inferior, esse conjunto central de elementos é ladeado por uma sequência de três aberturas de cada lado, sendo gradeadas as do térreo e com sacada as do pavimento superior. A cobertura em quatro águas confere maior sobriedade e imponência ao edifício (COELHO, 2013, p.120).

Esse símbolo de poder administrativo, judiciário e executivo está localizado em frente a um largo, onde a implantação foi demarcada aproximadamente cinquenta anos antes de sua construção, tendo em vista a importância do local. A intenção era a de implantar o edifício em uma perspectiva que o evidenciasse, e de fato, se consolidou, figurando ainda hoje a antiga edificação da Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu das Bandeiras) como ponto focal daquele largo.

No caso de Vila Boa, o local para construção da Casa de Câmara e Cadeia foi determinado por Luiz de Mascarenhas, o Conde D'Alva, quando da demarcação do espaço para a fundação da vila, em 1739. Em seu local existe o registro, em 1751 de uma pequena edificação de apenas um pavimento, acanhada em relação aos demais em seu entorno. O edifício está situado na parte mais alta do Largo do Chafariz, atual Praça Doutor Brasil Caiado, em posição privilegiada e de certo impacto visual, considerando que esse largo, na época, era acessado pela Rua da Fundação, a partir de uma posição razoavelmente mais baixa, em decorrência da declividade do terreno (COELHO, 2013, p.111).



O largo foi pensado para ser o núcleo central da Vila, além de centro de poder. É contornado em seu perímetro externo por casario térreo e ao centro, um chafariz que lhe nomeia está cercado por bancos e muretas, com características barrocas. Criado após a fundação da Capitania de Goiás, a construção do chafariz resulta de uma tentativa de embelezamento da cidade pelo Governador José de Almeida, em 1770 (OLIVEIRA, 2014, p. 64).

Identificado no tecido colonial como elemento oficial responsável pelo abastecimento de água da cidade, esta função era desempenhada pela Fonte da Cambaúba. Trata-se da primeira fonte pública construída na Vila Boa, a mando da Câmara tendo em vista a diminuição do volume de água na região por volta do ano de 1772, ainda no início de sua implementação como núcleo minerador (IPHAN, s/d). Construída em alvenaria de pedra, a fonte atendia principalmente aos moradores da margem direita do rio Vermelho, o lado do Rosário (fazendo alusão à localização da igreja naquela margem), e se encontra em um amplo espaço aberto entre o rio Vermelho e a antiga entrada da cidade utilizada pelos viajantes que vinham de São Paulo pelo caminho real (IPHAN, s/d).

O local se tornou ponto de encontro de lavadeiras, carregadeiras, escravos e viajantes na cidade colonial, cujos vestígios foram encontrados pelas escavações arqueológicas realizadas no bojo de sua restauração entre os anos de 2011 e 2012 (IPHAN, s/d). Muito do que se tem registro a respeito da Fonte tem origem em relatos orais, e eles atribuem à D. João VI a denominação da fonte pelo nome que até hoje é conhecida, Fonte da Carioca, em virtude de suas águas serem semelhantes às encontradas na região da Carioca, no Rio de Janeiro. Hoje está inserida no Parque da Carioca, reforçando sua vocação desde o período colonial, funcionando como ponto de encontro, não mais com função de abastecimento mas como espaço de lazer.

Assim como ocorreu com a Casa de Câmara e Cadeira, a grande parte dos equipamentos oficiais, bem como das edificações religiosas, as igrejas católicas, está implantada em largos, de forma a destacá-los nas perspectivas urbanas. Por se tratarem de instrumentos de poder, a adoção deste partido de inserção se configura intencional:

A forma urbana que foi constituída ao longo do século XVIII é representada através do desenho das perspectivas criadas pela implantação perspicaz dos edifícios institucionais e religiosos em largos e praças, e o tecido residencial constituído pelo padrão da arquitetura colonial cerratense. (OLIVEIRA, 2014, P. 70).



A imponência da arquitetura religiosa começou a ser importante para demonstrar o poder social e econômico que a mesma possuía sobre a população e suas respectivas cidades, além de reproduzir, em alguns locais, a arquitetura europeia no Brasil, se fazendo presente em cada região e em cada tempo (BICCA, BICCA, 2006). Na Cidade de Goiás do século XVIII quatro igrejas estão presentes, a saber: Igreja Matriz de Sant’Anna, Igreja do Rosário, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja Nossa Senhora da Lapa. Dentre essas, a Igreja da Boa Morte é a que aparece com destaque na memória dos moradores dos dias atuais (FONSECA et al, 2017).

Funcionando desde 1968 como Museu de Arte Sacra da Boa Morte, a edificação está localizada ao centro do Largo da Matriz, possui fachada com elementos característicos do barroco, “seguindo um padrão tradicional da colônia, com a fachada representada por uma ampla porta de acesso, duas janelas na altura do coro e uma modesta estrutura de madeira, ao lado, sustentando o sino” (COELHO, 2013, p.36).

Localizado no mesmo largo está o Palácio Conde dos Arcos. O edifício, que era conhecido no século XVIII como Casa da Residência do General, e posteriormente como Palácio dos Governadores é composto por três faces, e assim como a edificação do Quartel do 20º Batalhão de Infantaria, popularmente conhecido como Quartel do 20⁴, foi resultado de reformas empreendidas em um conjunto de residências. Devido à urgência do estabelecimento da administração da Coroa na Vila Boa, adaptações e acréscimos em construções já existentes foram feitas para a criação desses equipamentos (OLIVEIRA, 2014). A antiga Residência atualmente funciona como residência oficial do Governo Estadual⁵.

A implantação desses equipamentos vai gerar o primeiro zoneamento da cidade atrelado à segregação racial. As arquiteturas símbolos de poder localizadas no largo da Matriz (Palácio Conde dos Arcos, Igreja Matriz de Sant’Anna e Igreja de N. S. da Boa Morte), associadas à criação de uma rua comercial que liga a Matriz ao Rosário, aliado ao fato dos negros se concentrarem em uma das saídas da cidade: a Cambaúba, vão ser determinantes para organização do espaço, sendo evidente a importância das praças, pois ao redor delas estão implantados os principais equipamentos. Por se

⁴ O Quartel do 20, também conhecido como posto de Capitão dos Dragões, está localizado no Largo do Chafariz, e teve diversos usos, funcionando desde 2017 como espaços administrativos da Prefeitura Municipal de Goiás.

⁵ Anualmente a gestão estadual é transferida da capital Goiânia para a antiga capital Goiás por quatro dias no mês de julho, período em que então o governador do estado despacha do Palácio Conde dos Arcos.



tratarem de espaços abertos, com uma maior movimentação de pessoas que em outras localidades da cidade, as praças garantem maior visibilidade, além de imponência para os edifícios que as circundavam, contribuindo para o papel influenciador dos equipamentos de poder existentes na cidade. Segundo destaca Oliveira (2014), esses espaços públicos adquirem cada vez mais um papel estruturante, tornando-se imprescindíveis enquanto elemento fundamental de qualquer novo traçado urbano. “A importância da praça na estrutura da cidade advinha fundamentalmente dos edifícios e das funções que nela se localizavam” (OLIVEIRA, 2014, p.30).

Em toda a cidade de Goiás, apenas duas praças apresentavam formato triangular, sendo uma delas o Terreiro do Paço, atualmente conhecida como Praça do Coreto, rodeada por edifícios públicos como o Palácio do Governador, Casa da Contadoria, Casa da Fundição, Igreja paroquial e outra menor.

Do Terreiro do Paço, uma rua ligava à Igreja do Rosário, passando pela Igreja de N. S. da Lapa (demolida e onde atualmente está o monumento à Cruz do Anhanguera) e cruzando o rio Vermelho por uma ponte, a ponte da Lapa. Esta ponte conquista a outra margem em frente à uma residência construída em 1770 para um dos mais proeminentes moradores do núcleo, o Capitão-Mor da Coroa Portuguesa, José Joaquim Pulquério dos Santos.

A casa térrea de morada inteira se debruça parcialmente sobre o leito do rio Vermelho, possui esquadrias de madeira e telhado em quatro águas de telha cerâmica do tipo capa e bica. Possui dezesseis cômodos, uma bica de água e aos fundos, um extenso quintal com árvores frutíferas acompanha o rio Vermelho alcançando um beco posterior. Passou às mãos do secretário do Governo da Capitania, sendo adquirida pelo Sargento-mor João José do Couto Guimarães e sendo habitada por personalidades da cidade vilaboense. Ali nasceu em fins do século XIX Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, descendente direta do Sargento Couto Guimarães, que ganha repercussão nacional com suas obras literárias assinadas sob o pseudônimo de Cora Coralina⁶. A residência permanece como propriedade da família até 1985, ano da morte de Cora, e transformada em Museu Casa de Cora Coralina, reinventando a importância da casa no contexto da cidade, não mais, apenas, como moradia das elites políticas, mas pelo apelo turístico com a qual é oferecida e divulgada.

⁶ Após a morte da escritora, em 1985, a residência foi convertida no Museu Casa de Cora Coralina, reunindo arquivos, objetos pessoais, manuscritos, datiloscritos e hemeroteca.



A CIDADE DOS VIAJANTES

No século XIX, a dinâmica e vivência dos habitantes da Cidade de Goiás já não eram os mesmos, mas apesar disso não há registro de grandes alterações. A forma urbana construída ao longo do século XVIII, organizada pelas perspectivas estrategicamente criadas pela implantação dos edifícios institucionais e religiosos em largos e praças, além do tecido residencial constituído pelo padrão da arquitetura colonial cerratense, permaneceu sem que houvesse alterações expressivas no decorrer do século XIX. Assim, a malha urbana mantém as grandes áreas livres, símbolos de poder, bem como os principais equipamentos que a permeia (OLIVEIRA, 2014).

Tal manutenção pode ser entendida também pelo fato de que não há registros de qualquer plano urbano de reformas ou melhoramentos na estrutura da cidade, além dos sucessivos períodos de estagnação econômica, de forma que as transformações que ocorriam no país chegassem gradativamente à capital goiana. No que diz respeito às normativas, encontra-se com frequência nos Códigos de Postura e demais legislações do trato urbanístico do século XIX, referências aos princípios de linearidade e contiguidade consoantes à massa contínua edificada da arquitetura tradicional, que deveriam ser observados (OLIVEIRA, 2014). As poucas alterações que se tem registro correspondem à sua arquitetura, e ainda assim, determinadas pelas limitações técnicas.

Martins (2004, p. 53) aponta para as modificações⁷ empreendidas pelos proprietários vilaboenses nas fachadas de seus imóveis, mas com apelo meramente estético, “mediante a aposição de elementos puramente formais e de detalhes decorativos, sem incorrer em mudanças substanciais nos esquemas de planta”. A exceção acontece no acréscimo de cômodos aos fundos das edificações, para instalações sanitárias. Outra alteração corresponde à técnica construtiva empregada, com a substituição das técnicas tradicionais que utilizavam alvenarias de pau a pique e taipa de mão, ou tijolos de adobe, por tijolos cozidos, sem alterar, entretanto, as tipologias edilícias, mantendo o padrão tipológico do início da implantação daquele núcleo urbano.

Por ser Goiás a capital do Estado e dada a necessidade de se reportar e registrar seu cenário, sua paisagem e seu cotidiano, incorrem para o local viajantes que, para este fim, adentravam

⁷ Nas publicações e legislações da época é frequente encontrar o termo “melhoramentos” designando alterações nas fachadas, incluindo ornamentações em argamassa e substituindo o beiral por platibanda.



o território e percorriam longos caminhos, como Johan Emanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire. Este último descreveu a cidade de Goiás da seguinte forma:

A cidade de Goiás tem um formato alongado e é cortada praticamente ao meio pelo Rio Vermelho, que nasce nas montanhas vizinhas do Arraial de Ouro Fino e desce de leste a oeste para ir lançar-se no Araguaia. Três pequenas pontes de madeira fazem a comunicação entre as duas partes da cidade (SAINT-HILAIRE, 1975, p.50).

As três pontes de madeira estavam localizadas em pontos distintos da cidade. Uma delas se localizava na rua da Cambaúba, que ligava o Largo da Carioca ao restante da cidade, outra localizada em frente à casa da Ponte (Casa de Cora Coralina), na Rua Dom Cândido, e por fim a que se localiza na Rua Hugo Ramos e liga a Avenida Sebastião Fleury Curado e a Avenida São Pedro (ver fig. 2).

No que concerne aos espaços religiosos, Auguste de Saint-Hilaire (1975) aponta existirem muitas igrejas na cidade, mas todas pequenas e nenhuma externamente ornamentada. Descreve que a paroquial, Igreja Matriz de Sant'Anna, não possuía forro, porém seu altar-mor e os outros localizados de cada lado da nave possuíam ornamentos e douraduras. Para Mattos (2000) uma das igrejas que possuía maior graça e merecimento seria a Igreja de N. S. da Boa Morte por conter em seu interior muitas pinturas e afrescos.

Sobre o traçado urbano da cidade, as ruas eram retas e largas, com uma pavimentação não muito bem feita e a maioria com calçadas. Pohl (2000) aponta o Terreiro do Paço (atual Praça do Coreto) como a mais plana das praças, rodeada por casas. Assim também é descrito o Largo do Chafariz, que contava com aproximadamente novecentas casas em seu centro. Essas casas aparecem descritas se utilizando como materiais construtivos o barro e a madeira, sendo pequenas porém altas. A maioria eram sobrados e seu estado de conservação transparecia zelo (SAINT-HILAIRE, 1975). Segundo descreveu Johan Emmanuel Pohl (2000, p. 61) a praça não possuía calçamento, ocupava a encosta de uma colina, era coberta por ervas e formava um grande quadrilátero alongado. No meio da praça, existia um chafariz de pedra que era rodeado por alamedas que foram derrubadas pois diminuía a afluência da água.



Fig. 2 – Identificação dos elementos encontrados nas cartas dos viajantes do século XIX sobre base atual do Google Earth. Fonte: marcação dos autores, 2018.



De acordo com o viajante Auguste de Saint-Hilaire (1975), os edifícios oficiais presentes na cidade de Goiás não poderiam ser comparados aos existentes na Europa pois eram muito menores e mais modestos, sem beleza ou solidez. A única exceção poderia ser aplicada ao Palácio do Capitão-geral, atualmente chamado Palácio Conde dos Arcos. Esse era composto por um único pavimento, sem ornamentos externos e implantado em nível ligeiramente superior ao da rua.

Saint-Hilaire (1975, p. 55) descreve o interior do palácio, em ocasião de um jantar a ele oferecido pelo Governador naquelas dependências:

Depois de passar pelo pórtico, onde fica a casa da guarda (...) subi alguns degraus e entrei num vestíbulo bastante sombrio devido à proximidade da casa da guarda e no qual havia uma sentinela. Uma porta vedada segundo um antigo costume por um reposteiro verde com as armas de Portugal, abria-se para uma ante-sala rodeada de bancos de madeira com encosto alto.

Pohl (2000, p. 62) comunica a baixa complexidade da edificação descrevendo que “O próprio palácio do Governo consiste somente num longo e anguloso rés-do-chão, embora tenha várias salas”.



A edificação da Casa de Câmara e Cadeia também é apontada por Saint-Hilaire (1975) como marco na paisagem viloaboense, descrevendo sua volumetria e sucintamente a maneira como se estruturava sua organização em função da utilização: era uma construção que contava com dois pavimentos, sendo o térreo reservado ao aprisionamento, compartimentado em enxovias, e o segundo às atividades da Câmara.

AS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO SÉCULO XX E O RECONHECIMENTO FORMAL

O século XX contribui para alterações na paisagem cultural da cidade como resultado, sobretudo, de questões normativas. Ainda que de forma incipiente, timidamente se identificam nas legislações daquele século termos e expressões como “ao gosto moderno” para orientar as novas construções, permitindo a inserção de novos estilos – art nouveau, art déco e moderno –, pontualmente e em pequena escala, aparecendo mais na feição das fachadas, mas que ainda assim modificou os parâmetros urbanísticos tradicionais.

Se estruturalmente grandes alterações não puderam ser empreendidas, as fachadas apresentaram-se como o vínculo possível com o espírito da modernidade testemunhando-se na Cidade de Goiás, desde fins do século XIX, a supressão dos beirais encachorrados e a instalação de platibandas, substituição de esquadrias de feição colonial por outras de sobreverga curva ou em formatos arredondados diversos, extrema ornamentação com volutas e arabescos pelos planos de fachada e instalação de molduras ao redor de vãos de portas e janelas. Diferentemente dos exemplares europeus, com exuberância de elementos em ferro fundido com características zoomórficas, as apropriações goianas apresentam soluções esteticamente similares, mas usando os materiais tradicionais, como as esquadrias em madeira.

A inserção e sobreposição destas diversas tipologias no cenário urbano e arquitetônico de Goiás evidenciam uma pluralidade estilística que diversifica e altera ao mesmo tempo que observa aspectos arquitetônicos e urbanísticos como gabarito, alinhamento e afastamentos, volumetria, cobertura, entre outros, que permitiram a manutenção e a leitura dos aspectos tradicionais da paisagem, reforçando Goiás ser cognoscível pela preservação e harmonia do conjunto oitocentista (FONSECA, OLIVEIRA, 2017).



Esta constatação é imprescindível para compreender a titulação da cidade como Patrimônio Mundial, e desta possuir o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado em âmbito federal no estado de Goiás. A preservação em si tem início, de fato⁸, na cidade em 1948 com a primeira visita oficial de um arquiteto técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁹, Edgar Jacintho da Silva. Seu relatório organizou a leitura das edificações em categorias, a saber: (i) aquelas que compõem o conjunto urbanístico da cidade; (ii) edifícios e monumentos públicos, igrejas e determinadas casas e sobrados de moradia do século XVIII, inapreciáveis em valor tanto pela raridade de suas soluções arquitetônicas quanto por sua monumentalidade; e (iii) o partido urbanístico, por considerar-se que este permaneceu inalterado (TAMASO, 2007, p.121).

Apesar dos anseios iniciais que motivaram o convite a que os técnicos do SPHAN visitassem a cidade, o tombamento em Goiás não se deu na esfera de seu conjunto urbano, para tornar-se uma cidade monumento nacional, como a mineira Ouro Preto ou a maranhense Alcântara, mas antes, salvaguardou alguns de seus monumentos e logradouros isoladamente, sob a justificativa de estarem – muitas de suas edificações – alteradas e descaracterizadas. O encaminhamento para inclusão nos Livros do Tombo se deu ainda em 1948, mas a proteção federal só ocorreu de fato a partir de 1950¹⁰ (TAMASO, 2007, p.132). Foram protegidos no perímetro urbano, o Largo do Chafariz, a rua João Pessoa (antiga rua da Fundação), as igrejas de Nossa Senhora da Boa Morte (Processo nº 0345-T-42. Livro de Belas Artes; Inscrição 356, de 13/04/1950), de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Abadia, de São Francisco e de Santa Bárbara, a Casa de Câmara e Cadeia (Processo nº 0345-T-42. Livro de Belas Artes, inscrição 395, de 03/05/1951), o Palácio dos Governadores (Processo nº 0345-T-42. Livro de Belas Artes; inscrição 396, de 03/05/1951. Livro Histórico; inscrição 283, de 03/05/1951), o antigo Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar, o Chafariz de Cauda (Processo nº 345-T-1942. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. nº 71, de 18/09/1978; Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 393, de 03/05/1951) e esculturas pertencentes ao Palácio dos Governadores (ver fig. 3), e as ações de conservação que

⁸ Antes disso, há registros de alguma movimentação municipal no sentido de preservação, mais muito preliminar e incipiente (TAMASO, 2007).

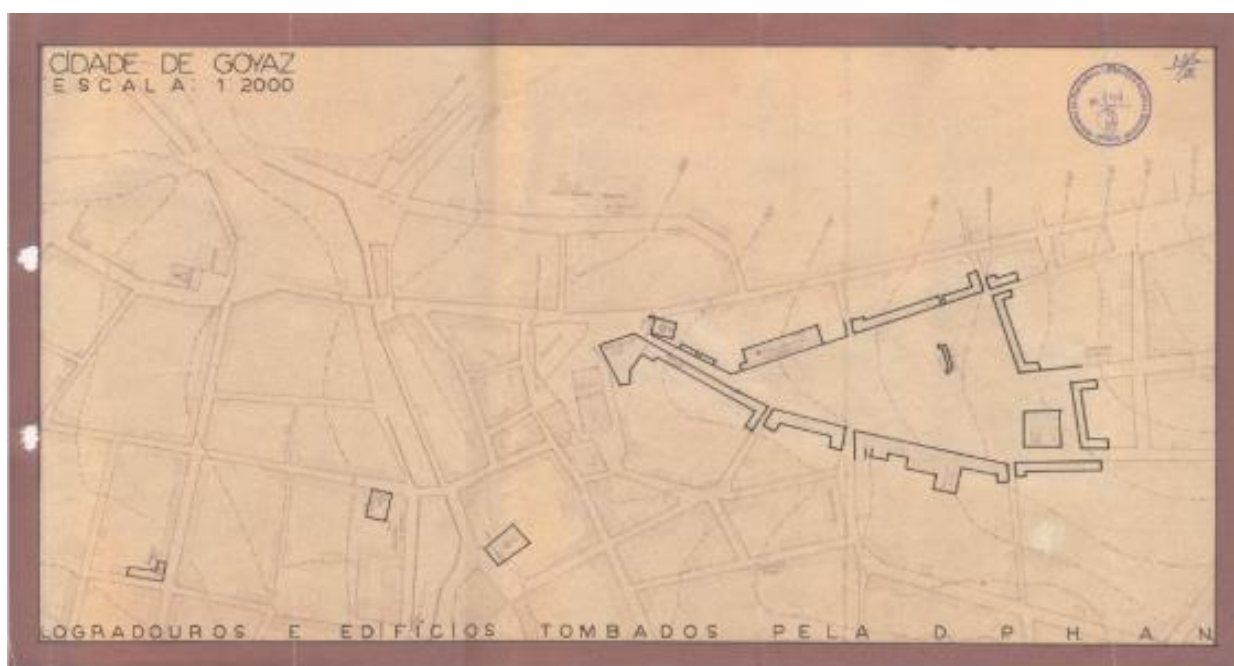
⁹ SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi um dos nomes atribuídos ao órgão federal responsável pela preservação de bens materiais e imateriais, hoje chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹⁰ Ver Processo de Tombamento n. 345 –T-42, Volume I. Os bens selecionados foram inscritos nos livros de Tombo das Belas Artes, à exceção do Quartel do 20º Batalhão de Infantaria, e Histórico – apenas o Quartel de Infantaria e o Palácio dos Governadores.



passaram a ser realizadas se preocupavam menos com técnicas construtivas do que com a composição estilística, o que justifica muitas intervenções terem se concentrado em retorno aos aspectos tradicionais das construções, como eliminação de platibandas para recuperação de beirais, por exemplo.

Fig. 3 - Planta da cidade de Goiás com marcação dos bens tombados nos anos 1950. Fonte: Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 154.



A partir dos anos 1970 o conceito de patrimônio urbano foi ressignificado, e uma nova postura adotada pelo órgão de preservação passou a considerar as possibilidades de aproveitamento econômico do patrimônio como vetor de desenvolvimento e turismo (SANT'ANNA, 1995). É neste contexto que se realiza um estudo denominado 'Roteiro Histórico e Artístico de Goiás', pelos arquitetos Belmira Finageiv e Alcides da Rocha Miranda, sobre os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos localizados na vizinhança imediata aos monumentos já tombados e das áreas referentes aos três grandes largos que estruturam o tecido urbano da cidade: do Chafariz, do Coreto e aquele onde está inserida a igreja do Rosário, para fins de aplicação do tombamento (fig. 4).



Esta proposição para extensão do tombamento abrange o tecido urbano original e os primeiros vetores de expansão, correspondendo à malha urbana do momento de ocupação e de produção do espaço urbano, ainda como núcleo minerador até o século XIX, e Tamaso (2007) aponta que esta inscrição de 1978 do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico resultam de uma nova construção de significado, que observa o valor de documento da estrutura urbana, ainda que defina um recorte temporal para leitura deste documento, privilegiando uma área menos afetada pelas inserções do século XX.

Por volta dos anos 1990, novos valores e perspectivas sobre o patrimônio da cidade de Goiás voltaram a ser debatidos, devido à propositura para inscrição na lista do Patrimônio Mundial. O discurso procura se alinhar à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, que estabeleceu as categorias, os critérios de seleção e de gestão dos bens a serem inscritos na Lista, e que segundo a qual os conjuntos seriam “grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, Unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (CURY, 2000, p.178).

Assim, em conformidade com o documento a cidade conquistou, em 2001, o título de Patrimônio Mundial da UNESCO. Sua narrativa, novamente reconstruída no Dossiê sob uma perspectiva mais antropológica, partiu do mito fundador com as aventuras bandeiristas para além de Tordesilhas, e da formação do povo goiano, sendo Goiás o berço da cultura. O mito de fundação “por representar a origem da ocupação desse território”, a autenticidade dos exemplares de arquitetura vernacular das “suas características de assentamento”, e a integridade das estruturas sem grandes alterações no percurso do tempo e a iminência de um possível risco: “acha-se vulnerável pela proximidade de Brasília” (OLIVEIRA, 2014).



Fig. 4: Estudo realizado pelos técnicos Belmira Finageiv e Alcides da Rocha Miranda para proposição da extensão do tombamento da cidade de Goiás. Fonte: Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 155.



A inscrição, portanto, se concentrou no recorte urbano do “centro histórico da cidade de Goiás” (TAMASO, 2007, p.168), correspondente à área tombada em 1978 e parte da área de seu entorno. Os valores atribuídos à cidade, em função da campanha para inclusão na lista do Patrimônio Mundial, fomentaram a reabertura, em 2004, do processo de tombamento nº345-T-42, ratificando o perímetro do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado de forma a acompanhando as perspectivas contemporâneas ao campo do patrimônio urbano e atentando para a leitura urbana e demais orientações apontadas pelos técnicos da UNESCO.

Três inventários realizados no final dos anos 1990 foram fundamentais para estruturar a narrativa de valores, mesmo tendo sido, os dois últimos, aplicados em caráter piloto: o Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (1999) e o Inventário de Configuração dos Espaços Urbanos – INCEU (2000). A partir destes inventários constatou-se que as áreas antes consideradas como entorno, mantinham características arquitetônicas similares àquelas encontradas em áreas tombadas e que as modificações em imóveis não afetaram sua estrutura e programa; o traçado original da malha urbana permanecia preservado e suas expansões seguiam a mesma lógica de implantação. Por estas razões estas áreas foram inseridas no perímetro



proposto para rerratificação do tombamento, incluindo edificações dos vários estilos inseridos ao longo do século XX.

CONCLUSÃO

A cidade de Goiás, fundada como núcleo inserido numa rede de cidades de caráter extrativista nos idos do século XVIII, tem suas estruturas urbana e arquitetônica consolidadas no século XIX, e permanece quase que inalterada no século XX, apesar de pontuais inserções e de alterações na dinâmica urbana. Ainda hoje, no século XXI, a mesma paisagem cultural construída habilmente três séculos atrás habita o imaginário de sua população, tornando-se marco consolidado e se entrelaça com sua própria existência.

As leituras empreendidas sobre esta cidade da memória e esta cidade na, ou da, história apontam dois pontos relevantes a se destacar. O primeiro corresponde à dificuldade em se dissociar tal identificação das relações de poder, tendo em vista que a construção dos equipamentos citados e a conformação dos espaços onde foram inseridos correspondem a uma atitude política de reforçar a dominação do território e que sua implantação foi idealizada com muita perspicácia de forma a reforçar as perspectivas urbanas traduzindo grande parte dessas edificações como pontos focais, com grande destaque nas visuais formadas pelo tecido urbano.

O segundo corresponde à relação de causalidade com a preservação do patrimônio. Neste aspecto destaca-se a força e a importância simbólica desses equipamentos em si, que por tal condição requereu uma atuação preservacionista no sentido do tombamento de forma a enaltecer suas qualidades vernaculares e de adaptação, conforme relatório do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS):

- (ii) – com seu traçado e sua arquitetura, a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de uma cidade com características européias admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da área central da América do Sul.
- (iv) - Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica representativa da colonização da América do Sul, que fez uso completo dos materiais e técnicas locais e conservou sua excepcional paisagem (Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo IV, fl 0420).

Assim, tais características justificam o tombamento empreendido, mas sua permanência parece sobrepor a questão da preservação. É reforçada e reafirmada por esta última e admitem-se os



esforços, sobretudo, do órgão federal de preservação no sentido da manutenção do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, tanto por sua paisagem quanto na integralidade de seus monumentos de forma particularizada, mas a supera uma vez que os primeiros tombamentos só vão se oficializar na segunda metade do século XX, momento em que a imagem da cidade de conjunto oitocentista já se consolidou, foi divulgada e apreendida por viajantes e seus próprios moradores.

REFERÊNCIAS

- BICCA, B. E. P.; BICCA, P. *Arquitetura na formação do Brasil*. Representação da UNESCO no Brasil, 2006.
- COELHO, G. N. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Ed. UFG, 2001.
- _____. *Iconografia Vila-Boense*. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 2. ed.
- DOSSIÊ de Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia, 2000. CD-ROM, 6 anexos.
- FONSECA, T. P.; OLIVEIRA, K. C. “O moderno em meio à tradição: o caso da Cidade de Goiás – GO”. In: ROSA, E. B.; PRADO, M. E. (org.). *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Iberoamericano*. Porto: Rede Sirius/UERJ, 2017. 22 pags. ISBN 978-85-5676-014-2
- _____; GONÇALVES, P. H.; CARDOSO, C.F.; LOURENÇO, Y. M. D.; OLIVEIRA, G. B. “Mapa Colaborativo no Contexto Histórico de Goiás”. In: JUNIOR, N.V.A.; ESPINOZA, J. C. H. (org.). *Anais do V Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado – Arquivemória*. Salvador: IAB-BA, 2017. 14 pags. ISBN 978-85-66843-03-3
- IPHAN. *Goiás-GO, conjunto arquitetônico e urbanístico (Goiás-GO)*. s/d. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1218>, acesso em março 2018.
- JÚNIOR, W. V. e BARBO, L. C. “Casa de Câmara e Cadeia da Capitania de Goyaz: Espaço e Representação”. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2011
- MAGALHÃES FILHO, F.S; OLIVEIRA, I.J. “A utilização de mapas mentais na percepção da paisagem cultural da cidade de Goiás/GO”. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, n. 03, Ano 7, outubro 2013, pp. 31-45.
- MAIA, C. N. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: ROCCO, 2009. v. 1.
- MARTINS, F. M. *Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2004.



MATTOS, R. J. da C. “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”. In: *Dossiê de Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*. Goiânia, 2000. CD-ROM, Anexo II, D – Viajantes.

MORAES, J. de A. L. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUSEU DE CORA CORALINA. A casa. A vida. Disponível em <<http://www.museucoracoralina.com.br/site/a-casa/>>, acessado em Março 2018.

OLIVEIRA, K. C. *Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

POHL, J. E. “Viagem no interior do Brasil”. In: *Dossiê de Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*. Goiânia, 2000. CD-ROM, Anexo II, D – Viajantes.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. 1799-1853. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SANT’ANNA, M. (1995). *Da cidade-monumento à cidade documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

SANTOS, P. F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SOUZA, P. V. B. *Mapas Colaborativos na Internet: Um Estudo de Anotações Espaciais dos Problemas Urbanos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio – Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.